ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Teresina
FMS - Fundação Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00047/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI Nº 00045.038079/2025-85

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE INCUBADORAS DE TRANSPORTE

A Fundação Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 05.522.917/0001-70, com sede na Rua Governador Raimundo Artur de Vasconcelos, 3015, Bairro: Primavera, Teresina-PI – CEP: 64.002-595, neste ato representado por seu Presidente, Sra. Leopoldina Cipriano Feitosa, portador(a) da Cédula de Identidade nº 1376771 SSP/PI, inscrito (a) no CPF sob o nº 713.619.363-04, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços indicado em epígrafe, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº 00045.038079/2025-85, conforme o Parecer Jurídico da AJU/FMS nº 14565465/2026 e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal n° 25.627/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto objeto a contratação de empresa visando o fornecimento de Incubadoras de Transporte, destinadas aos hospitais da rede municipal de saúde (maternidades, SAMU e HUT), a ser processada através do Sistema de Registro de Preços, pelo período de 12 meses (um ano). Pregão Eletrônico nº 90045/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FANEM LTDA		**C.N.P.J.**	61.100.244/0001-30
RUA ARTHUR CARL SCHMIDT, 186 CUMBICA – GUARULHOS/SP - CEP. 07222-050		**Insc. Estadual**	336.620.112
REP.: VILMA SILVA COSTA		**Fone:**	(11) 2972-5700 / (11) 91877-4170
E-MAIL: licitacao@fanem.com.br			

ESPECIFICAÇÃO	CÓD. E-GOVERNE	CÓD. BR (CATMAT)	QUANT. / UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
COTA PRINCIPAL					
ITEM 01: DESCRIÇÃO TÉCNICA GERAL INCUBADORA DE TRANSPORTE MICRO PROCESSADA COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS. **MARCA: FANEM** **MODELO: IT 158 TS**	4582	443212	5 (Unidade)	**R$ 39.594,00**	**R$ 197.970,00**

REQUISITO TÉCNICO

INCUBADORA DE TRANSPORTE MICRO PROCESSADA COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

CÚPULA

-Material acrílico transparente, parede dupla, que possibilite visualização total do paciente

-Acesso frontal e lateral com porta que facilite movimentação do RN, com entrada de portinhola ÍRIS, para passagem de cabos e tubos e portinholas ovais para passagem das mãos dos profissionais, sendo todas com guarnições atóxicas e punho elástico

-Acesso traseiro com entrada por portinhola tipo Íris, para passagem de cabos e tubos e portilhas ovais para passagem das mãos do profissionais, em guarnições atóxicas e de punho elástico.

-Isolamento e estabilidade de temperatura no seu interior

-Mínimo de 4 aberturas flexíveis para entrada de cabos e sondas e entrada com tampa para nebulizador

LEITO

-Colchão de material plástico radio-transparente, resistente e removível, atóxico com densidade adequada ao conforto do RN e capa impermeável e sem costuras para facilitar a limpeza

BASE

-Material de alta resistência, plástico, radio-transparente e ausência de arestas para facilitar limpeza e desinfecção

-Facilidade de acesso às partes internas sem necessidade de ferramentas

-Instruções, advertências e tabela de concentração de oxigênio impressas na base da incubadora

-Dois suportes para cilindros de gases medicinais, abertos para caso de vazamento, tamanho D ou E, com travas manuais de engate rápido e fácil sistema de desmontagem

MÓDULO DE CONTROLE

-Eletrônico, microprocessado, display gráfico colorido, de alta resolução, LCD ou LED.

-Fácil acesso para limpeza e manutenção

-Visualização dos parâmetros mesmo em ambiente de baixa luminosidade

-Indicação das temperaturas do RN, AR e desejada

-Sistema de auto teste para todo sistema de alarmes

-Painel de conectores de alimentação :Rede AC e Rede 12 vcc

-Sensor de temperatura para detectar superaquecimento

-Baixo nível de ruído (mínimo de 60dBA)

BATERIA

-Recarregável, removível sem uso de ferramentas e dotada de travas de segurança

-Autonomia de funcionamento para 4 horas

MODO DE FUNCIONAMENTO

-Manual (ATC) e Servo controlado (ITC)

SISTEMA DE AQUECIMENTO

-Sistema que permite controle da temperatura do RN e do AR

-Sistema de desligamento automático em caso de super aquecimento

SISTEMA DE UMIDIFICAÇÃO PASSIVO

-Esponja para retenção de água instalado sob o leito

ENTRADA DE GASES

-Entrada de gases independentes para ar e oxigênio

-Válvula de entrada de oxigênio com micro filtro

-Renovação contínua do ar dentro da incubadora evitando aumento de dióxido de carbono

SENSORES

-Sensores independentes para temperatura, umidade e do RN

INDICADORES VISUAIS

Temperatura do AR, RN, desejada e ambiente

-Nível de bateria

-Data /hora

Alarmes ligados/desligados

ESPECIFICAÇÕES ELÉTRICAS

Rede elétrica: 120/230Vac - 50/60 Hz, com seletor automático de tensão; - 12Vcc; - Corrente (127 / 220 V): 4,0A / 2,5A; - Potência de entrada: 380 W; - 02 Mini disjuntores de 8A rearmáveis; - Bateria recarregável tipo gelatinosa 12 Vcc - Bateria recarregável NiCd – 8,4 V

-01 Carro maca com ajuste de altura contínuo, dotado de rodízios com freio, com estrutura em alumínio e amortecedores;

- 01 Cabo de Alimentação AC destacável, padrão IEC com 3 pinos conforme norma ABNT NBR 14136;

-01 Cabo de Alimentação 12Vcc com adaptador para acendedor de cigarros do veículo de transporte;

02 Suportes abertos para cilindros tipo D ou E de gases medicinais, que evita o acumulo de gases;

12 meses de garantia contra defeitos de fabricação.

Certificado de calibração

Certificado de teste de segurança elétrica

Montagem, instalação e treinamento do equipamento.

Registro na ANVISA

Fabricado atendendo à norma NBR lEC 60601-1

ESPECIFICAÇÃO	CÓD. E-GOVERNE	CÓD. BR (CATMAT)	QUANT. / UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
COTA RESERVADA PARA ME/EPP/MEI					
ITEM 02: DESCRIÇÃO TÉCNICA GERAL INCUBADORA DE TRANSPORTE MICRO PROCESSADA COM AS	4582	443212	1 (Unidade)	**R$ 39.594,00**	**R$ 39.594,00**

SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS **MARCA: FANEM** **MODELO: IT 158 TS**					

REQUISITOS TÉCNICOS

INCUBADORA DE TRANSPORTE MICRO PROCESSADA COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

CÚPULA

-Material acrílico transparente, **parede dupla,** que possibilite visualização total do paciente

-Acesso frontal e lateral com porta que facilite movimentação do RN, com entrada de portinhola ÍRIS, para passagem de cabos e tubos e portinholas ovais para passagem das mãos dos profissionais, sendo todas com guarnições atóxicas e punho elástico

-Acesso traseiro com entrada por portinhola tipo Íris, para passagem de cabos e tubos e portilhas ovais para passagem das mãos do profissionais, em guarnições atóxicas e de punho elástico.

-Isolamento e estabilidade de temperatura no seu interior

-Mínimo de 4 aberturas flexíveis para entrada de cabos e sondas e entrada com tampa para nebulizador

LEITO

-Colchão de material plástico radio-transparente, resistente e removível, atóxico com densidade adequada ao conforto do RN e capa impermeável e sem costuras para facilitar a limpeza

BASE

-Material de alta resistência, plástico, radio-transparente e ausência de arestas para facilitar limpeza e desinfecção

-Facilidade de acesso às partes internas sem necessidade de ferramentas

-Instruções, advertências e tabela de concentração de oxigênio impressas na base da incubadora

-Dois suportes para cilindros de gases medicinais, abertos para caso de vazamento, tamanho D ou E, com travas manuais de engate rápido e fácil sistema de desmontagem

MÓDULO DE CONTROLE

-Eletrônico, microprocessador, display gráfico colorido, de alta resolução, LCD ou LED.

-Fácil acesso para limpeza e manutenção

-Visualização dos parâmetros mesmo em ambiente de baixa luminosidade

-Indicação das temperaturas do RN, AR e desejada

-Sistema de auto teste para todo sistema de alarmes

-Painel de conectores de alimentação :Rede AC e Rede 12 vcc

-Sensor de temperatura para detectar superaquecimento

-Baixo nível de ruído (mínimo de 60dBA)

BATERIA

-Recarregável, removível sem uso de ferramentas e dotada de travas de segurança

-Autonomia de funcionamento para 4 horas

MODO DE FUNCIONAMENTO

-Manual (ATC) e Servo controlado (ITC)

SISTEMA DE AQUECIMENTO

-Sistema que permite controle da temperatura do RN e do AR

-Sistema de desligamento automático em caso de super aquecimento

SISTEMA DE UMIDIFICAÇÃO PASSIVO

-Esponja para retenção de água instalado sob o leito

ENTRADA DE GASES

-Entrada de gases independentes para ar e oxigênio

-Válvula de entrada de oxigênio com micro filtro

-Renovação contínua do ar dentro da incubadora evitando aumento de dióxido de carbono

SENSORES

-Sensores independentes para temperatura, umidade e do RN

INDICADORES VISUAIS

Temperatura do AR, RN, desejada e ambiente

-Nível de bateria

-Data /hora Alarmes ligados/desligados **ESPECIFICAÇÕES ELÉTRICAS** Rede elétrica: 120/230Vac - 50/60 Hz, com seletor automático de tensão; - 12Vcc; - Corrente (127 / 220 V): 4,0A / 2,5A; - Potência de entrada: 380 W; - 02 Mini disjuntores de 8A rearmáveis; - Bateria recarregável tipo gelatinosa 12 Vcc - Bateria recarregável NiCd – 8,4 V -01 Carro maca com ajuste de altura contínuo, dotado de rodízios com freio, com estrutura em alumínio e amortecedores; - 01 Cabo de Alimentação AC destacável, padrão IEC com 3 pinos conforme norma ABNT NBR 14136; -01 Cabo de Alimentação 12Vcc com adaptador para acendedor de cigarros do veículo de transporte; 02 Suportes abertos para cilindros tipo D ou E de gases medicinais, que evita o acumulo de gases; 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação. Certificado de calibração Certificado de teste de segurança elétrica Montagem, instalação e treinamento do equipamento. Registro na ANVISA Fabricado atendendo à norma NBR lEC 60601-1	
VALOR TOTAL DOS ITENS	**R$ 237.564,00**

OBS: Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT/CATSERV ou código e-governe) e da DESCRIÇÃO ESPECÍFICA, contido na tabela de itens acima especificados, prevalecerá a DESCRIÇÃO ESPECÍFICA da tabela."

3. DO ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços é a Fundação Municipal de Saúde – FMS.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7. Dos limites para as adesões

4.7.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes.

4.7.2.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.1.

4.7.4. A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma da legislação municipal sobre orçamento referencial de contratações.

4.8. Da Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **01 (um) ano,** contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada, por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.1.2. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

5.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos. (art. 17, Decreto Municipal nº 25.627/24).

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 35, Decreto Municipal nº 25.627/24).

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 4.2. Deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021. (art. 36, Decreto Municipal nº 25.627/24).

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1.Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.2.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.2.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.6 O registro a que se refere o item 5.4.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços nas hipóteses previstas no art. 28 e 29 do Decreto Municipal nº 25.627/24.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021. (art. 19, Decreto Municipal nº 25.627/24).

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no § 3º, do art. 18, do Decreto Municipal nº 25.627/24, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.13.1. Convocar para negociação os licitantes de que trata o item 5.2.2.2, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição

pretendida, desde que devidamente justificada (art. 21, Decreto Municipal nº 25.627/24), e assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a

oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.5.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.5.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.5.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.5.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.5.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços. O remanejamento será feito:

8.1.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.1.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.2. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o item 8.1.

8.3. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, será observado o item 8.1.2.

8.4. Para fins do disposto no 8.1, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto do item 8.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar reduzir seu preço, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 25.627, de 2024; ou

9.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público, devidamente justificadas;

9.4.2. A pedido do fornecedor, por fato superveniente, decorrente de de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 25.627, de 2024.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023)

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada eletronicamente, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

[assinatura eletrônica]

Documento assinado eletronicamente por **VILMA SILVA COSTA**, **Usuário Externo**, em 10/06/2026, às 10:19, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Documento assinado eletronicamente por **Leopoldina Cipriano Feitosa**, **Presidente da Fundação Municipal de Saúde**, em 10/06/2026, às 14:47, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0** informando o código verificador **15553352** e o código CRC **C28BDC0C**.

Referência: Processo nº 00045.038079/2025-85 SEI nº 15553352